

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:



**OS CAMINHOS PARA OS JOVENS EGRESSOS DAS EEEPS
NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI**

Osvaldo Bezerra Lima Neto

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:

OS CAMINHOS PARA OS JOVENS EGRESSOS DAS EEEPS NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI RMC

Autor

Oswaldo Bezerra Lima Neto

educar.geoecologia@hotmail.com

Orientador

Emerson Ribeiro

emerson.ribeiro@urca.com.br

Diagramação

Erivaldo Alves do Nascimento Filho

Revisor

João Assis da Cruz Neto

Xilogravura capa

Edilson Botelho Luna

Ilustração da capa final

Fábio Tavares da Silva

Prefixo Editorial: 65425

Número ISBN: 978-85-65425-54-4

Título: Educação profissional: os caminhos para os jovens
egressos das EEEPS na região metropolitana do cariri RMC

Tipo de Suporte: E-book

Formato Ebook: PDF

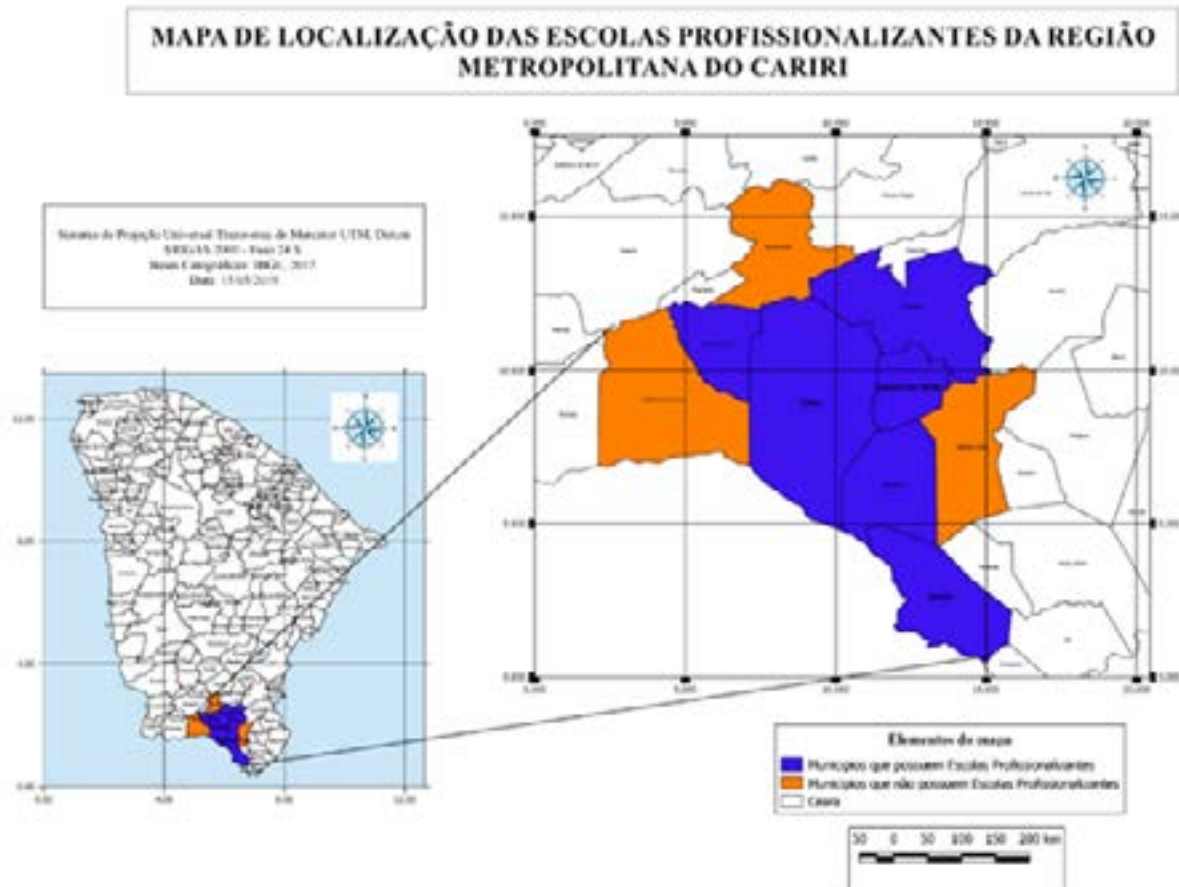
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	8
2. BREVE ABORDAGEM SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	10
3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ	19
3.1 Considerações sobre a tecnologia empresarial socioeducacional – TESE	25
4. A PESQUISA DE CAMPO E A METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA	32
5. APRESENTAÇÃO DE DADOS E CONCLUSÕES PRELIMINARES	34
6. RESULTADOS FINAIS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

APRESENTAÇÃO

A presente obra, intitulada “Educação profissional: Os caminhos para os jovens egressos das EEEPs na Região Metropolitana do Cariri” é resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional de Educação – MPEDU, da Universidade Regional do Cariri – URCA. Dessa forma compõem-se basicamente de uma abordagem sobre a educação profissional no Brasil e no estado do Ceará, destacando os resultados da pesquisa de campo desenvolvida em três escolas estaduais de educação profissional da Região do Cariri, mais especificamente, no núcleo urbano do Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha).

Tem como objetivo principal a disponibilidade de material de pesquisa sobre educação profissional no Ceará para pesquisadores, comunidade acadêmica e demais interessados pelo tema. Além de servir de referência para pesquisas



que tratem do tema específico da inserção de jovens no mercado de trabalho a partir do ensino profissionalizante.

A obra está dividida basicamente nas seguintes partes:

- Apresentação.
- Introdução.
- Contextualização histórica da educação profissional no Brasil;
- Breve abordagem sobre educação profissional no Brasil;
- Educação profissional no Ceará;
- Considerações sobre a Tecnologia Empresarial Socioeducacional – TESE;
- A pesquisa de campo e a metodologia utilizada na pesquisa;
- Apresentação de dados e conclusões preliminares;
- Resultados finais;
- Considerações finais;
- Referências.

Cabe ainda destacar que tanto a produção quanto a divulgação deste material não tem fins econômicos, sendo resultado de um desejo do autor de difundir o conhecimento prioritariamente de forma gratuita.

INTRODUÇÃO

A questão da educação profissional há muito tempo é de interesse dos governos e da sociedade de um modo geral, neste início de século este campo da educação ganha uma importância ainda maior, diante do cenário de desemprego que se apresenta em diversos países.

As mudanças nas estruturas e modelos produtivos dos últimos anos têm afetado consideravelmente o mercado de trabalho e assim passa-se a buscar um novo perfil de trabalhador. Consequentemente, altera-se também a educação para o trabalho e o perfil dos cursos e escolas voltados para a formação profissional.

No Brasil, a educação profissional existe há mais de cem anos e vem mudando constantemente, ora recebendo uma maior atenção por parte do poder público e assim ampliando-se, ora vivenciando períodos de estagnação e retrocesso, porém, sempre ficando atrás das inovações conquistadas pelos países centrais do sistema capitalista atual, seguindo os seus modelos e sujeita a influência do mercado.

Nos últimos anos, os governos do estado do Ceará, seguindo uma tendência nacional, têm investido maciçamente na educação profissional do estado, criando diversas escolas profissionais de tempo integral e nível médio. Essas escolas surgem, em tempos de crise e desemprego crescente, como uma esperança de ingresso no mercado de trabalho para muitos jovens cearenses.

Porém, é possível constatar que parte desses jovens não está conseguindo acesso ao primeiro emprego ou ao mercado de trabalho, como comprova os dados obtidos na pesquisa, muitos estão seguindo para a universidade, desviando-se assim do destino que deveriam ter quando ingressaram na escola profissional.

De forma que, para a obtenção dos resultados propostos delimitou-se como campo de pesquisa três escolas da região, situadas respectivamente, nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. O percurso metodológico

utilizado consistiu de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em questão, além de pesquisa de campo, que consistiu de um levantamento de dados junto às Coordenarias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs 18 e 19) e às escolas selecionadas.

Portanto, a execução da presente obra justifica-se pelo fato de discorrer sobre um tema bastante atual e muitas vezes controverso, que é a questão do ensino profissional. Um estudo que se volta para esta realidade tem condições contribuir significativamente para a sua compreensão e a melhoria do ensino profissional no estado do Ceará, pois os resultados obtidos podem servir para uma análise mais objetiva e real dos resultados alcançados pelas escolas profissionais do estado do Ceará.

Pois somente é possível uma compreensão mais aprofundada das ações e intenções governamentais voltadas para a educação profissional no Brasil e no estado do Ceará quando se examina as suas raízes, através de pesquisas já realizadas e autores reconhecidos neste campo de estudo.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

No Brasil, a educação profissional vem mudando constantemente, ora recebendo uma maior atenção por parte do poder público e assim ampliando-se, ora vivenciando períodos de estagnação e retrocesso. Esses “ciclos” ou “fases” estão relacionados às mudanças nos sistemas produtivos, e de modo especial, no perfil de trabalhador exigido pelo mercado.

Kasper (2016, p. 15) destaca que o marco histórico da educação profissional no Brasil se deu no início do século XX, período marcado pelo crescimento urbano e da manufatura, fato que fez o governo federal criar o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, para gerenciar as atividades econômicas do país. Nesta época, as pequenas fábricas e manufaturas existentes recebiam as primeiras máquinas que necessitavam de mão de obra especializada para o trabalho mecânico. Iniciou-se assim a preocupação do governo com a escassa mão de obra especializada naquela época.

Sendo assim, ainda conforme Kasper (2016, p. 16):

[...] em 1906, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, criou quatro escolas profissionais, três para o ensino de ofícios e uma para aprendizagem agrícola. [...] Com esta iniciativa do Governador do Rio de Janeiro, estabeleceu-se, uma política de incentivo ao ensino industrial, comercial e agrícola brasileiro.

Portanto, é o quadro econômico e político de determinado período histórico que cria as condições para as iniciativas voltadas para a educação profissional. No início do século XX o Brasil começava a apresentar um quadro social e econômico que requeria iniciativas voltadas para a educação profissional da sua população.

Crescia a população urbana e as atividades típicas do meio urbano, o comércio, os serviços e as indústrias, porém, boa parte da população da época não tinha nenhuma qualificação ou grau de formação, o ensino era restrito aos filhos das elites e havia uma preocupação com a crescente população desocupada das cidades.

Assim, historicamente, a educação profissional no Brasil tem se destinado as classes menos favorecidas, que sem perspectiva de conseguir chegar ao ensino superior e diante da necessidade de sobrevivência e obtenção de renda buscam o caminho mais curto para a profissionalização e acesso ao trabalho.

Naquela época, uma grande massa de excluídos e desempregados povoavam as cidades, portanto, o governo precisa fazer algo para evitar o descontrole social. De forma que, o ensino profissional ou de ofícios teria duplo objetivo, ou seja, ocupar parte da população desocupada das cidades e ofertar mão de obra para o incipiente parque industrial brasileiro, contexto que iria se intensificar ainda mais por ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com as dificuldades de importação de produtos industrializados.

Porém, as primeiras iniciativas governamentais voltadas para o incentivo à educação profissional no Brasil tiveram como marco histórico o ano de 1909, ocasião em que o então presidente Nilo Peçanha cria dezenove escolas de educação profissional públicas, uma em cada estado da União. Nessa época, os governantes visualizavam um novo cenário econômico para o país, em que a economia ingressaria em novo ciclo, pautado não apenas na produção agropecuária, como antes, mas também no crescimento industrial. (KASPER, 2016, p. 16)

A esse período inicial de ação governamental voltada para a educação profissional no Brasil, seguiram-se diversos outros, de tal forma que a educação profissional passou a fazer parte das políticas públicas educacionais no país. Sendo assim, o Brasil vem vivenciando em diversos períodos históricos, políticas públicas de incentivo a formação profissional destinada a atender o mercado de trabalho.

A seguir será apresentado uma abordagem histórica da educação profissional no Brasil, reportando-se ao início do século XX, e perpassando diversos outros períodos históricos, destacando os modelos produtivos que influenciaram a educação, os modelos produtivos e as políticas públicas no Brasil.

2. BREVE ABORDAGEM SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Desde a década de trinta, com o Estado Novo (1937-1945), no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), na época da Ditadura Militar (1964-1985) até a nova república (1985 aos dias atuais) a educação profissional vem mudando e adotando modelos que se adéquam as demandas do mercado.

Nesse contexto, entram em cena os modelos produtivos adotados nesses períodos, mais especificamente no Brasil a partir da década de 30, com o fordismo, que fez surgir à necessidade de um novo perfil de trabalhador, ficando para a escola o papel de dar uma formação que levará para o trabalho. Fonseca (1986, p. 52-53), registra a entrada do Brasil nos modelos produtivos industriais do início do século XX, assim afirmando:

No Brasil, entretanto, segundo Pochmann (2004, p. 7) foi após a crise de 1930 que o Brasil passa do modelo econômico agrário-exportador “para a consagração de uma nova estrutura produtiva nacional (de base industrial), necessária à conformação do sistema de proteção social no Brasil”. Essa mudança do enfoque do setor primário (agrário-exportador) para o setor secundário (industrial) é que configura a entrada do Brasil no regime fordista de acumulação do capital, que no caso brasileiro denominamos de fordismo periférico [...].

A década de 1930 foi um marco para a economia brasileira, ao determinar a mudança de um modelo econômico agroexportador para um modelo industrial. Porém, cabe destacar que o modelo de industrialização brasileiro se deu de forma tardia em comparação com as economias capitalistas dos países desenvolvidos. Fato que levou o Brasil a não experimentar o modelo taylorista propriamente dito, pois como importou tecnologias e modelos produtivos dos países desenvolvidos, estes já haviam adotado o fordismo como modelo.

Porém, cabe ressaltar que tanto o taylorismo¹ quanto o fordismo² são modelos a serviço do capital, do aumento da produtividade e da acumulação. De tal forma que a ascensão do fordismo como modelo produtivo hegemônico não representou nenhuma ruptura no sistema capitalista, mas apenas uma adaptação aos novos tempos e uma forma de amenizar os problemas gerados pelo

1. O taylorismo foi proposto por Frederick Winslow Taylor, que criou um movimento chamado administração científica, o qual teve origem na Sociedade Americana de Engenheiros Mecânicos (ASME), fundada em 1880. Taylor propunha aplicar técnicas científicas no processo de produção industrial. (FONSECA, 2017, p. 28).

2. Fordismo, termo criado por Henry Ford, em 1914, refere-se aos sistemas de produção em massa (linha de produção) e gestão idealizados em 1913 pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), autor do livro “Minha filosofia e indústria”, fundador da Ford Motor Company, em Highland Park, Detroit. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fordismo>. Acesso em: 12 mar. 2019.

taylorismo. Nesse ponto, cabe destacar o porquê do Brasil não ter vivenciado a fase Taylorista, pois o processo de desenvolvimento industrial do Brasil se deu de forma tardia, apenas no início do século XX, período de expansão do modelo fordista de produção. Além disso, no início do século XX, o Brasil já apresentava forte ligação e dependência com a economia americana, país que difundiu o fordismo.

Ainda com relação às iniciativas voltadas para a educação profissional no Brasil, Vieira e Souza Junior (2016, p. 157), destacam a criação do chamado Sistema S4, que tem contribuído bastante para a formação profissional no Brasil.

Em 1942, também, surgiu o chamado Sistema S4, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), impulsionando o atendimento em educação profissional.

Assim, no período marcado pela ascensão do modelo econômico industrial no Brasil e conseqüentemente pelo crescimento da educação profissional no país, coube às escolas técnicas e profissionais adotarem modelos de ensino e funcionamento que em muito se assemelhavam aos modelos de organização das fábricas. Pois esta era uma forma de “treinar” e “adequar” o trabalhador as longas e exaustivas jornadas de trabalho, direcionando os objetivos da educação unicamente para a formação técnica e profissional, características do modelo tecnicista.

No Brasil, o tecnicismo desponta no início do século XX, perpassando pelo governo de Getúlio Vargas e por fim, tem sua ascensão na década de 1960, no período da Ditadura Militar. Os fundamentos teóricos que regem o tecnicismo adéquam-se ao contexto que se consolida face ao monopólio do desenvolvimento capitalista.

Para Mira e Romanowski (2009), apesar do tecnicismo ter forte vinculação com os interesses do capital e do mercado, este modelo foi bem aceito no Brasil, assimilado pelos sistemas educacionais sob a justificativa da necessidade de qualificar a mão de obra brasileira diante dos baixos índices de escolaridade e produtividade do trabalhador.

A pedagogia tecnicista tem sua oficialização, no Brasil, no final da década de 1960, no contexto da consolidação da fase monopolista do desenvolvimento capitalista, como uma das soluções para a baixa produtividade do sistema escolar (altos índices de evasão e repetência) que impediam/dificultavam o “desenvolvimento econômico com segurança”. (KUENZER; MACHADO, 1982 apud MIRA; ROMANOWSKI, 2009, p. 10209)

Ainda conforme Mira e Romanowski (2009), o tecnicismo tem sua origem na Teoria Geral de Administração (TGA), sistematizada e definida por Frederick Taylor, que sustentava a ideia da racionalização com o objetivo de elevar o processo produtivo, através da fragmentação do trabalho.

Segundo a teoria de Taylor, o processo produtivo deveria ter por base a divisão do trabalho, como forma de racionalizar a produção. A teoria de Taylor, fundamentada no positivismo, lançou bases teóricas para o tecnicismo, que por sua vez, foi adotado como modelo produtivo por inúmeros países, por atender aos interesses do capital e trazer inovações aos modelos produtivos até então adotados.

Sendo assim, esperava-se que com uma gestão mais sistemática, burocrática e planejada, nos moldes da administração empresarial, a educação pudesse “sair do vermelho” e apresentar altos resultados. A pedagogia tecnicista respaldava-se ainda no uso de recursos da tecnologia (uso de recursos audiovisuais e outros) e delegava o planejamento geral da educação aos técnicos e “especialistas” da educação, separando assim, aqueles que planejam e aqueles que executam (entre estes, principalmente, os professores).

No Brasil, o positivismo e o tecnicismo ficaram bem representados no lema da nossa bandeira “Ordem e Progresso”, sendo que o termo “ordem” reflete claramente a ideologia positivista de controle e racionalidade e o termo “progresso” como decorrência da “organização” das forças produtivas a favor do crescimento econômico e da acumulação capitalista.

Portanto, a pedagogia tecnicista foi uma forma de tentar transpor para a educação os modelos de gestão empresarial, fundamentados no racionalismo, na hierarquia e alta produtividade. No Brasil um dos períodos em que o tecnicismo foi adotado de forma mais intensa foi durante o período dos governos militares (1984-1985).

O pensamento propagado no período da Ditadura Militar era o de incentivo ao estudo técnico, tendo por base as ideias propagadas a partir da Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973) que defende a ideia de que “a educação é um bem de produção indispensável ao desenvolvimento econômico [...]” e sendo assim, teve ter como principal objetivo preparar indivíduos para o mercado de trabalho em expansão, conforme as necessidades e exigências deste mercado. (MIRA; ROMANOWSKI, 2009).

Porém, o intuito dos governos militares de vincular o ensino profissional ao ensino médio de forma obrigatória (através da lei 5.692/71) não durou muito, pois provocou a insatisfação de diversos setores da sociedade, entre eles das escolas particulares (com ensino voltado para o ingresso na universidade), e das camadas médias da sociedade, que viam o ensino médio como um caminho para o ingresso dos seus filhos no ensino superior.

Além disso, por trás desta iniciativa dos governos militares estava o interesse em suprir uma demanda do capitalismo monopolista, como destacam Escott & Moraes (2012, p. 1496) apud Vieira e Souza Junior (2016, p. 158):

Associado a esses fatos, reside o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna, conhecido historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão de obra qualificada com técnicos de nível médio, para atender a tal crescimento, possibilitada pela formação técnica profissionalizante em nível de 2.º grau, que “garantiria” a inserção no “mercado de trabalho”, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital.

Para a pedagogia tecnicista a educação e o ensino devem ter como objetivos precípuos formar indivíduos para o mercado de trabalho, ficando a formação humana, a consciência cidadã e o senso crítico, que constroem a base para uma compreensão crítica da realidade, em segundo plano.

Segundo Saviani (2013) no período marcado pelo tecnicismo predominou uma educação técnica voltada para a produção de mão de obra barata para a indústria nascente do Brasil, a formação profissional, assim, tinha por fim o emprego assalariado de baixo custo para as indústrias, no contexto do modelo fordista de produção, do Estado de Bem-estar Social³. Ainda segundo o referido autor, a educação no período do tecnicismo era “concebida como um subsistema cujo funcionamento eficaz é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte”.

O final do século XX e início do século XXI foram marcados por grandes transformações em todo o mundo. O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações e os avanços em diversas outras áreas fizeram surgir um novo contexto político, econômico e social. No âmbito político e econômico, o neoliberalismo avançou sobre diversos países, adotando políticas de liberação condizentes com o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

3. O Estado de Bem-Estar Social foi um modelo político e econômico implantado após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), que tinha por base uma forte participação do estado na economia, visando assegurar direitos sociais. Neste período, predominou o modelo Fordista de produção industrial. (FONSECA, 2017).

Na esfera dos setores produtivos, diante do avanço da tecnologia, passou-se a exigir um profissional de nível técnico e educacional mais elevado, fazendo surgir um novo modelo de gestão empresarial que também iria influenciar a educação, o neotecnicismo. Conforme Saviani (2013), o neotecnicismo pedagógico, se organiza na escola por meio do planejamento de métodos de funcionamento, sendo baseado no “método de gerenciamento produtivo-industrial denominado: Qualidade Total”.

[...] qualidade total, método de gerenciamento produtivo, está relacionado ao processo de reconversão produtiva, promovida pelo sistema toyotista de produção ao “[...] introduzir, em lugar da produção em série em grande escala visando a atender a necessidade do consumo em massa, a produção em pequena escala dirigida ao atendimento de determinados nichos do mercado, altamente exigentes”. (SAVIANI, 2013, p. 433).

A crítica de Saviani (2013) é que, apesar da nova “roupagem” do ensino técnico, representada pelo neotecnicismo, ainda se mantém formas de se ensinar que conduzem os jovens ao mercado de trabalho como mão de obra barata e desprovida de uma formação crítica e capaz de questionar as condições a que lhes são impostas. De tal forma, que a exploração do trabalhador continua e vem se intensificando nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

As mudanças no mercado de trabalho atual influenciam as políticas educacionais, que propõe um novo modelo de educação profissional que precisa ser analisado criticamente, pois trazem na sua proposta um conjunto de interesses, que se traduzem em mecanismo de controle social. Diante disto, cabe refletirmos sobre as seguintes questões: o que propõe e em que se diferencia o atual modelo de educação profissional no Brasil dos modelos do passado? Que tipo de trabalhador visa formar a atual educação profissional no Brasil?

Para tanto, é necessário analisar os modelos educacionais propostos e refletirmos sobre o seguinte pensamento: não se pode ver o homem, e mais especificamente o jovem estudante apenas como mão de obra disponível para o mercado ou ainda apenas como um simples elemento do processo produtivo. Este sujeito que ingressa na educação profissional é antes de tudo um cidadão de direitos, que sendo assim, precisa ter acesso ao conhecimento científico socialmente elaborado e não apenas a conteúdos técnicos.

Além disso, é necessário que percebamos o conteúdo ideológico existente na teoria do capital humano, que defende que o progresso depende da utilização intensa e generalizada da mão de obra disponível em uma nação. Pois essa teoria ignora as relações sociais que necessariamente mediam as relações de trabalho, e que, quando estas se baseiam numa lógica capitalista

de produção, beneficia apenas os detentores dos meios de produção ou a burguesia. Conforme Fonseca (2017, p. 114):

[...] o Brasil no término do século XX e início do século XXI, demonstrou ter adotado o regime Social-Liberal. [...] Ele é social porque está comprometido para com os direitos sociais, e é liberal porque acredita nos mercados e na concorrência.

Portanto, esta é a caracterização política e econômica do Brasil na última virada do século e que irá ser seguida pelos governos subsequentes a este período, ora demonstrando mais interesse no crescimento econômico e apoiando o mercado, ora voltando-se mais para o social. Conforme Fonseca (2017, p. 114):

O governo tucano de FHC e os Governos petistas de Lula e Dilma apontaram ter conforme regime político um Estado Social-Liberal, governos comprometidos com o social, mas que ao mesmo tempo se sujeitam às exigências do mercado e da concorrência, adotando os mandamentos de organizações internacionais [...].

No entanto, este mesmo autor deixa claro que houve diferenças nestas políticas governamentais, tendo sido o governo FHC mais marcado pelo predomínio de medidas neoliberais, enquanto os governos petistas voltaram-se mais para o social. De tal forma que em cada um destes períodos a educação profissional foi influenciada por estes fatores, no governo FHC ela continuou com um viés estritamente técnico e recebeu pouca atenção deste governo.

Durante os governos petistas, marcados pela ascensão do toyotismo⁴ ou do período pós-fordista, buscou-se uma melhor qualificação da força de trabalho no Brasil, houve considerável crescimento das escolas técnicas e dos cursos de educação tecnológica, de nível superior, apoiados por programas sociais de apoio ao ingresso no ensino superior.

Todavia, mesmo com todo este esforço, o Brasil não superou totalmente o modelo fordista de produção, que adéqua-se mais precisamente ao nível tecnológico dos seus setores produtivos e as relações de trabalho predominantes. O modelo pós-fordista exige um sistema produtivo moderno e com relações de trabalho flexíveis, muito presente nas economias desenvolvidas, de forma que, para alguns estudiosos o atual estágio de desenvolvimento produtivo brasileiro pode ser considerado um neofordismo, ou seja, um toyotismo incompleto.

4. Toyotismo é um sistema de organização voltado para a produção de mercadorias. Criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, o sistema foi aplicado na fábrica da Toyota (origem do nome do sistema). O Toyotismo espalhou-se a partir da década de 1960 por várias regiões do mundo e até hoje é aplicado em muitas empresas. Fonte: <https://suapesquisa.com/economia/toyotismo.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

Vivemos grandes transformações sociais neste início de século, transformações estas que tem afetado diretamente a educação escolar. Nesse contexto, pode-se indagar: qual o papel do ensino profissional neste início de século? Que fatores têm provocado grandes mudanças neste campo da educação.

Como exposto anteriormente, o desenvolvimento da tecnologia empregada nos sistemas produtivos tem exigido a formação de um novo perfil de trabalhador, com mais conhecimento técnico e nível de escolaridade.

Diante disso, continuam os investimentos na educação profissional, porém agora não apenas naquela de nível técnico ou médio, mas uma educação profissional tecnológica ou de nível superior. Assim, ampliam-se os cursos e a procura pela formação profissional.

Conforme Alencar, Napomuceno e Bandeira (2014) nos últimos anos houve uma ampliação dos propósitos da educação profissional no Brasil, de forma que atualmente esta modalidade de ensino tem por objetivo criar cursos que garantam perspectivas de trabalho para os jovens e facilitem seu acesso ao mercado de trabalho, bem como que atendam aos profissionais que já estão no mercado e buscam qualificação para exercerem suas atividades, e, ainda para aqueles que buscam reinserir-se no mercado de trabalho.

Com isso, uma formação profissional, seja ela de nível médio ou superior, que ensina a obedecer às regras do mercado (competitividade, exclusão, empregabilidade) sem reflexão e formação cidadã, passando a ideia de que “não há lugar para todos” é uma educação alienadora, que não constrói no indivíduo a sua autoestima e senso de independência. Assim, muitos jovens ingressam no ensino técnico e profissionalizante na “certeza” de conseguir uma vaga no mercado de trabalho, sem a consciência de que vivemos num sistema que exclui, em nome do capital e do lucro, boa parte dos seus cidadãos.

Dessa forma é necessário uma “leitura crítica” das atuais intenções governamentais que se voltam para a educação profissional e, além disso, saber relacionar estas intenções aos interesses do capital, como bem expõe Santos (2017):

O atual estágio do capitalismo contemporâneo, que se encontra em crise profunda, demanda, por intermédio da administração do Estado, uma escola que forma o trabalhador para um mundo em “câmbio constante”. Esse “novo” modelo escolar apresenta algumas especificidades: planejamento, currículo, metodologia, conteúdo, didática, avaliação, entre outros elementos do processo de aprendizagem-ensino que possam oferecer garantias ao próprio Estado, aos empresários e às agências internacionais de orientação e monitoramento, que essa educação terá a eficiência almejada pelo mercado de trabalho capitalista. (SANTOS, 2017, p. 15-16)

A atual crise estrutural do sistema capitalista exige ação por parte não só do empresariado, mas como vem sendo, busca-se a aliança com o Estado, para aplicar as medidas que supostamente irão resolver esses problemas. A educação profissional de modo especial é uma destas áreas de grande interesse dos governos e empresários, que por sua vez, não querem investir perdido, buscam a garantia de uma educação que dê retorno aos investimentos e supra as necessidades do mercado capitalista. É neste contexto, que ressurgem no Brasil os investimentos na educação profissional.

Nos últimos anos, muitas discussões giraram em torno do papel da educação na sociedade, foi intensa a crítica ao tecnicismo e a um modelo de educação voltado para os interesses das classes dominantes, porém, o que se assiste atualmente é um retorno aos “velhos modelos” disfarçados de inovação.

O neotecnicismo é uma forma de camuflar as contradições do sistema capitalista, que por não possuir mecanismos próprios de distribuição de renda e de justiça social, busca nas inovações tecnológicas formas de superar as suas crises.

Atualmente, com a expansão das redes de comunicação e informação, os lugares e espaços para o investimento do capital se ampliaram. Países como o Brasil, que dispõe de grandes recursos populacionais para produzir e consumir tornou-se alvo dos interesses capitalistas estrangeiros.

Entretanto, um povo sem qualificação e renda não tem poder de compra, ou seja, não pode ser consumidor, por isso a educação torna-se área estratégica e de interesse dos governos, não só nacionais, bem como empresas e governos estrangeiros, que passam a financiar e avaliar a educação com o propósito de ampliar os seus lucros.

Diante desse contexto, a educação profissional torna-se mais uma vez (como em outros períodos de reestruturação produtiva) área “prioritária” para os governos, de forma que cresce a cada ano, em todo o Brasil.

No Ceará, desde 2008 o governo do estado vem assumindo o desafio de inserir nas escolas estaduais os cursos profissionalizantes, através da criação das Escolas Estaduais de Educação Profissionais (EEEP), com o intuito de permitir e possibilitar um futuro mais justo, igualitário e com mais chances de empregos para os jovens de todo o estado (CEARÁ, 2019).

Atualmente já são 122 escolas de educação profissional de nível médio no estado. Estas escolas funcionam em tempo integral e se organizam de forma a integrar o ensino médio e a educação profissional, buscando construir modelos de educação que valorizem a cidadania, articulando o direito à educação e ao trabalho.

Sendo assim, cabe o seguinte questionamento, será que as atuais escolas estaduais de educação profissional implantadas no estado conseguem ofertar um currículo e uma metodologia que de fato prepare estes jovens para o mercado de trabalho? Por que parte destes jovens não está conseguindo uma vaga no mercado de trabalho e estão seguindo por outros caminhos, como o ensino superior ou a informalidade?

Diante dessa realidade, torna-se importante conhecer qual a proposta pedagógica e de ensino das escolas profissionais estaduais do Ceará, verificar em que aspectos se diferenciam dos antigos cursos técnicos e se o tecnicismo, tão marcante na educação profissional brasileira, continua sendo a base do ensino técnico atual.

3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ

Nessa parte desenvolve-se uma abordagem mais aprofundada sobre a educação profissional no estado do Ceará, destacando um pouco da história da educação profissional no estado, a legislação concernente ao tema, o funcionamento e propósitos das escolas profissionais de ensino médio do estado e por fim, a forma como esta modalidade de educação viabiliza o ingresso dos jovens cearenses no mercado de trabalho.

No estado do Ceará, as iniciativas de educação profissional no estado iniciaram-se na década de 40, por volta de 1943, incentivadas pela necessidade de mão de obra para as primeiras fábricas. Conforme Alencar, Nepomuceno e Bandeira (2014, p. 5-6):

A primeira escola de ensino profissionalizante criada no Ceará foi o Liceu do Ceará que era vinculado ao ensino médio. Com o crescimento da cidade e o surgimento de novos colégios, como a Escola Normal, o Colégio São João, Colégio Fortaleza, o Cearense, São José, entre outros, o ensino secundário foi se democratizando em Fortaleza, e inclusive no Liceu, que no século XX, passou a ter maior abertura para alunos pobres e oferecer o ensino misto, pois durante muito tempo foi um educandário estritamente masculino.

Assim, no contexto histórico, constata-se que as primeiras iniciativas governamentais voltadas para a educação profissional no Ceará deu-se inicialmente na capital, Fortaleza, e esta tinha como característica uma educação seletiva, ou seja, que não estava ao alcance de todos. Com o passar dos anos e o crescimento da cidade, ampliaram-se o número de escolas de ensino secundário na capital, porém, esta foi uma época em que nem todos tinham o seu direito à educação assegurado.

Com isso destacamos ainda a importância histórica do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), que tem origem na antiga Escola de Aprendizes e Artífices, criada em 1909, ano das primeiras iniciativas do governo federal brasileiro voltadas para a educação profissional, e já apresentada e discutida anteriormente.

O atual IFCE no decorrer da sua história foi Liceu Industrial de Fortaleza (1937), Escola Industrial de Fortaleza (1942), Escola Técnica Federal do Ceará (1968) e Centro Federal de Educação Tecnológica (1999), até receber a atual denominação em 2008. Sendo esta uma instituição de grande referência no ensino técnico e tecnológico no estado do Ceará⁵.

5. Dados obtidos e disponíveis em:

https://pt.wikipedia.org/.../Instituto_Federal_de_Educação,_Ciência_e_Tecnologia_do_Ceará. Acesso em: 31 mar. 2019.

Alencar, Nepomuceno e Bandeira (2014) registram ainda a importância do SENAI do Ceará, também conhecido como SENAI DEPARTAMENTO REGIONAL, criado em 1943, que ofertava cursos como Mecânico Ajustador, Torneiro Mecânico, Carpinteiro e Desenhista Técnico. Nos seus longos anos de atuação esta instituição já formou mais de 110 mil profissionais em diversas áreas para atuarem como mão de obra especializada para as indústrias.

Portanto, pode-se constatar que as ações voltadas para a educação profissional no nosso estado remontam ao período das primeiras iniciativas no Brasil, ou seja, primeira metade do século XX, porém, inicialmente de forma restrita a capital do estado, para com o passar dos anos se expandir para o interior.

Atualmente, tanto no Brasil quanto no Ceará ampliou-se bastante a oferta de cursos profissionalizantes, e não apenas de nível fundamental ou médio, mas inclusive os cursos tecnológicos de nível superior. Acompanhando esta tendência, no ano de 2008 iniciam-se ações mais efetivas do governo do estado para a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes no estado, através da criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs.

Através da Secretaria da Educação do Estado Ceará (SEDUC) o governo do estado iniciou as ações de implantação da rede de educação profissional do estado no ano de 2008, a partir da Lei nº 14.273/2008, alterada pela Lei nº 15.181/2012 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 30.865/2012. De acordo com a referida legislação, os alunos devem cursar o ensino médio e um curso profissionalizante em tempo integral. (CEARÁ, 2019)

Conforme a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu art. 39: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. (BRASIL, 1996)

Seguindo essa diretriz legal a educação profissional deve ser ofertada concomitantemente com a educação regular, oportunizando ao educando o prosseguimento das etapas escolares e a sua profissionalização, ou a sua vinculação ao trabalho, oportunizando aqueles que já ingressaram no mercado de trabalho se qualificar, além da vinculação desta modalidade de ensino a ciência e a tecnologia.

No seu art. 40, orienta que: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

(BRASIL, 1996) Portanto, a atual LDB além de ter dado importante destaque a educação profissional no Brasil, proporcionou o seu crescimento ao apontar para diversas alternativas de aplicação desta modalidade de ensino, seja nos espaços escolares, nas instituições especializadas ou até mesmo no ambiente de trabalho.

Retomando a questão mais específica da educação profissional no estado do Ceará, pode-se afirmar que, nestes dez anos de início da implantação das escolas profissionais de ensino médio no estado, um número expressivo de jovens tem concluído o ensino médio nestas escolas, que a cada ano tem recebido uma atenção especial do governo do estado, que por sua vez, tem apostado na educação em tempo integral como a melhor forma de preparar o jovem de hoje.

Nesse sentido, “O Estado do Ceará tem se destacado no cenário nacional pela grande capacidade de desenvolvimento e ampliação da política de Ensino Médio integrado à educação profissional”. (CEARÁ, 2019)

Para se ter uma ideia do expressivo crescimento da educação profissional no estado, cabe destacar que em 2008, quando iniciou-se o programa de implantação destas escolas havia apenas 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), que ofertavam quatro cursos profissionais de nível técnico, sendo estes Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho, distribuídos em 20 municípios do estado.

Atualmente a rede de escolas profissionais do estado conta com um total de 122 (cento e vinte e duas) escolas profissionais de nível médio e tempo integral, distribuídas em mais de 90 (noventa) municípios cearenses.

Assim, fazendo um balanço dos dez primeiros anos de implantação do projeto de criação das escolas profissionalizantes no estado, constata-se uma expansão significativa até o ano de 2018, nos seguintes aspectos: número de escolas – ampliação de 25 para 119 escolas; número de municípios contemplados – ampliação de 20 para 95 municípios; número de cursos técnicos ofertados - ampliação de 4 para 52 cursos, nas mais diversas áreas de atuação. (CEARÁ, 2019)

São números com crescimento constante ano a ano, refletindo assim a maior oferta de matrículas, de escolas e cursos no âmbito do estado. O que leva a crer que um número também cada vez maior de jovens egressos dessas escolas estejam sendo inseridos no mercado de trabalho.

Outro dado que reflete a representatividade desta modalidade de educação entre as demais é aquele que indica que o número de alunos atualmente matriculados nas escolas profissionais do estado chegou em 2018 a 12%, representando um número total de 52.571 alunos. Por fim, até o ano de 2017, 75.719 alunos concluíram formação técnica nestas escolas. (CEARÁ, 2019)

Portanto, estes são dados que demonstram o expressivo crescimento da educação profissional de nível médio no estado e da atenção que vem sendo dada a esta modalidade de ensino pelo governo estadual.

Este considerável crescimento é decorrente de uma oferta a cada ano maior de vagas em todo o estado do Ceará. Estas escolas tornaram-se um atrativo aos jovens cearenses de diversas classes sociais, por apresentarem boa estrutura física (muitas foram construídas recentemente) com padrão moderno de construção, corpo docente selecionado e, além disso, a oferta de cursos profissionalizantes.

Esse expressivo crescimento das escolas profissionais no estado também reflete-se na Região Metropolitana do Cariri, que atualmente conta com 8 (oito) escolas profissionalizantes, que anualmente formam vários estudantes que devem ser inseridos no mercado de trabalho. No centro dessa Região metropolitana, no caso, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, encontram-se 6 (seis) destas escolas profissionais ofertando diversos cursos para alunos egressos do ensino fundamental, o que expande as oportunidades de ensino e a expectativa de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Contudo, cabe indagar sobre o tipo de ensino que está sendo ofertado nestas escolas profissionais, a quem interessa os seus fins, ou seja, tem como finalidade formar um jovem consciente, participativo e independente? Ou tem como objetivo preparar mão de obra (formação em massas de trabalhadores) para um mercado ávido por mão de obra qualificada e barata?

Além disso, pode-se questionar qual tem sido o destino desses jovens, estão de fato ingressando no mercado de trabalho? Estaria, boa parte deles, indo para as universidades (ensino superior)? Ou ainda tomando os dois caminhos ao mesmo tempo, ou seja, trabalhando e prosseguindo nos estudos universitários?

Conforme consulta ao *site* oficial da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) área destinada à apresentação de dados e informações da

Educação Profissional, é possível constatar que o projeto de criação e organização das EEEPs no estado do Ceará constitui-se em um grande projeto educacional.

Os números da sua expansão no estado, tanto como os investimentos já realizados, que conjuntamente com recursos federais, parceria do governo do estado com o Programa Brasil Profissionalizado, já somam mais de um bilhão de reais. Essas escolas organizam-se em torno de uma série de ações e planos que envolvem parcerias, projetos e programas voltados para a formação humana e a qualificação para o mercado de trabalho. (CEARÁ, 2019)

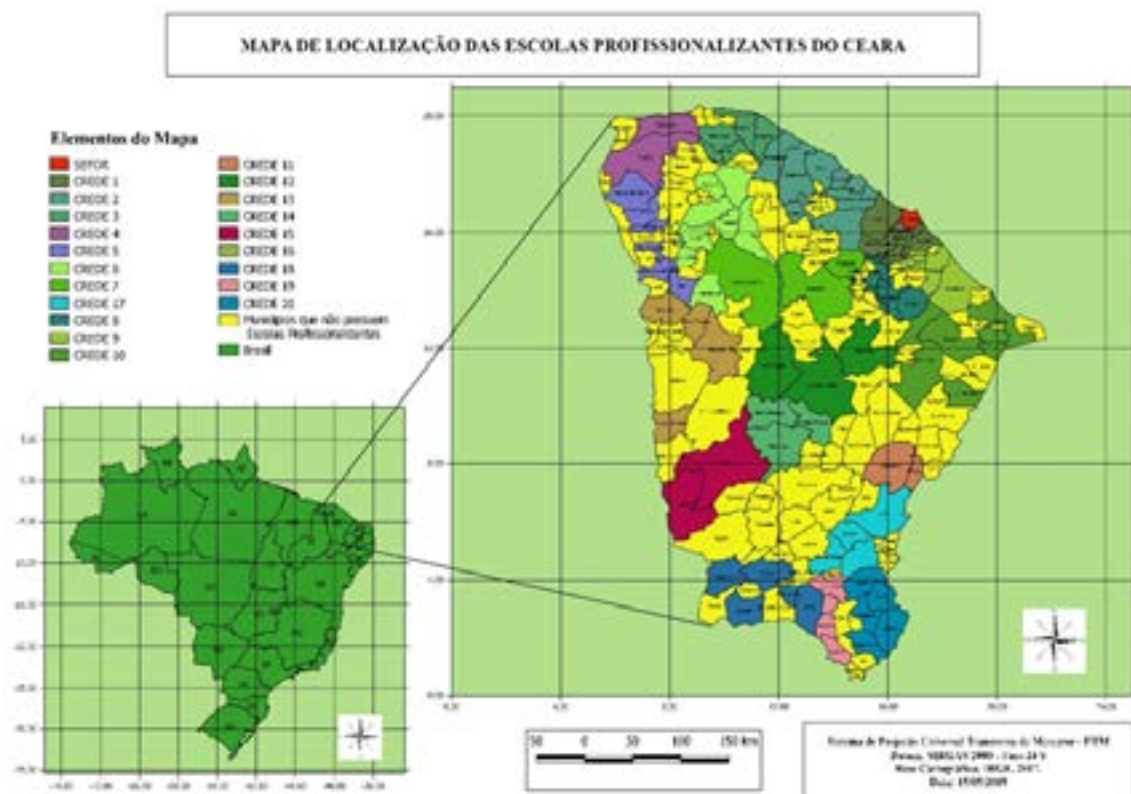
Pois, a Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), órgão da Secretaria da Educação, visa orientar as EEEPs no processo de integração entre o ensino médio e a educação profissional, dentre as suas atribuições destacam-se a definição e implementação do modelo de gestão organizacional e pedagógico destas escolas e definir seus objetivos e metas. (CEARÁ, 2019)

As Escolas Profissionais do Estado do Ceará funcionam com uma filosofia de Gestão fundamentada na Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), contida no Manual Operacional – Modelo de Gestão⁶, que foi desenvolvida com o intuito de levar conceitos gerenciais ao ambiente escolar. A TESE foi apresentada ao Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO (Programa de Implementação dos Centros de Ensino Experimental de Pernambuco) em agosto de 2004, como uma alternativa de gestão aos Centros de Educação Experimental que viriam a ser implantados nesse mesmo ano em Pernambuco. (INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE, 2014)

O Governo do Estado do Ceará implantou esse modelo de gestão desde 2008, ano de implantação do programa de criação das Escolas Profissionais de Ensino Médio (EEEP) do estado do Ceará, através da lei nº 14.273/2008. (CEARÁ, 2019) Desta forma, a TESE é um importante documento norteador de todo o trabalho desenvolvido pelas EEEPs no estado do Ceará, de tal forma, que torna-se um documento imprescindível para toda e qualquer pesquisa voltada para a temática da educação profissional, para sua análise e compreensão.

6. Este material é propriedade do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação – ICE. O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, é uma entidade sem fins econômicos, foi criado em 2003 por um grupo de empresários motivados a conceber um novo modelo de escola e resgatar o padrão de excelência do então decadente e secular Ginásio Pernambucano, localizado em Recife. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>. Acesso em: 30 maio 2019.

Localização das EEEPs no Ceará



Fonte: Execução Técnica. Elaboração do Autor.

Nota: Dados atualizados na página oficial da SEDUC em 31/03/2019. (CEARÁ, 2019)

3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA EMPRESARIAL SOCIOEDUCACIONAL - TESE

Conforme entendimento apresentado logo no início da TESE, ou seja, na sua introdução, não basta a liderança do gestor para efetivar os propósitos e objetivos das organizações, é necessário oferecer-lhes ferramentas gerenciais que permitam organizar e estruturar a escola. E estas ferramentas gerenciais encontram-se na TESE, apresentada como:

[...] um instrumento versátil e eficaz à medida que o ciclo de planejamento é simples e acessível. Essa tecnologia objetiva formar uma consciência empresarial humanística nos componentes da organização, alinhando-os à filosofia do PROCENTRO, que busca garantir a excelência do Ensino Médio público. Ela é definida como a arte de coordenar e integrar tecnologias específicas e educar pessoas por meio de procedimentos simples, que facilmente podem ser implantados na rotina escolar. (INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE, 2014, p. 6)

De forma que, apresentada como um instrumento versátil, eficaz e facilmente aplicável, a TESE tem como objetivo aplicar princípios da administração empresarial na educação pública, visando alcançar a excelência no ensino. Porém, a análise que será aqui apresentada discutirá esta questão, com olhar crítico e realista, contrapondo-a a realidade da escola pública profissionalizante.

Baseado na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) a filosofia da TESE se assenta nos quatro pilares da educação contidos no relatório de *Delors* (1996). Sendo estes: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser. Este é um dos pontos que visam adaptar ou adequar a TESE para a sua aplicação no âmbito educacional ou no ensino. Segundo este documento:

A gestão de uma escola em pouco difere da gestão de uma empresa. Na realidade, em muitos aspectos, a gestão de uma escola apresenta nuances de complexidade que não se encontram em muitas empresas. Assim sendo, nada mais lógico do que partir da experiência gerencial empresarial acumulada para desenvolver ferramentas de gestão escolar. (INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2014, p. 6)

É possível perceber certa contradição nas postulações apresentadas ao afirmar haver pouca diferença entre a gestão de uma escola e a gestão de uma empresa, e ao afirmar que a gestão escolar apresenta níveis de complexidade maiores do que a de muitas empresas. Esse aspecto já foi anteriormente abordado e será retomado adiante, mas certo é que a forma como se organiza e funciona uma escola pública em muito se diferencia do funcionamento de uma empresa privada.

Contudo, a TESE apresenta-se como a solução para todos os problemas da educação e da escola pública, visando construir uma nova estrutura, que garanta missão, objetivos, metas, estratégias, planos de ação e métricas, todos alinhados e bem definidos em todos os níveis da organização, definindo claramente os papéis de cada um em busca dos resultados esperados, que devem ser medidos, avaliados e recompensados.

Sendo assim, é possível perceber, logo na análise inicial deste documento, fortes traços do tecnicismo ou do neotecnicismo, compreendidos como controle, organização rígida, hierarquia, foco em metas de produtividade, etc. Portanto, é perceptível e notório que a criação das EEEPs no estado do Ceará surgiu dentro de uma filosofia empresarial, que prioriza a construção de competências para o mercado de trabalho e visa integrar o aluno neste mercado.

Porém, como exposto anteriormente o aluno do ensino médio, seja esta modalidade regular ou profissional, precisa ter acesso aos conteúdos que lhe oportunizem uma visão geral da história e dos processos que a construíram, cabendo assim, uma crítica a esse modelo empresarial de educação que causa um distanciamento do papel social da instituição escolar. Como expõe Rafael (2015, p. 72):

[...] Como percebemos, o excesso de expressões empresariais reforça a proposta do manual de uma tecnologia que traz resultados para as empresas e que está se adaptando às escolas públicas estaduais profissionais, com o mesmo intuito de, alcançar números e resultados satisfatórios.

Surge uma contradição em pensar um modelo de ensino empresarial dentro uma escola pública profissional que tem um currículo alinhado a uma base nacional comum e atende a uma legislação específica, de tal forma que parece haver um distanciamento entre teoria e prática de ensino dentro de um modelo de escolas que vem aumentando a cada ano desde 2008. Desta forma:

[...] Retomam-se as discussões sobre a necessidade de reformar a escola para que se ajuste às exigências e necessidades do novo momento histórico. Ressurge o debate sobre o tipo de formação que ela deve privilegiar. Ressignificam sob-rótulos de novas teorias, antigos paradigmas conceituais, como a noção de “competência” (MANFREDI, 2002 p. 56).

Essas escolas profissionais podem estar propagando um modelo de massificação tecnicista que corresponde a uma gestão por resultados, além das avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Avaliação Permanente do Ceará (SPAECE). Associados diretamente a filosofia de ensino, pautados em resultados pertinentes a TESE, como modelo

de gestão e o ciclo organizacional da educação profissional que envolve a qualidade do ensino, isso vivenciado pelos objetivos dessa filosofia de gestão, promovendo resultados, assim especificados:

Nela, a projeção dos resultados esperados e respectivos indicadores geram relatórios claros e objetivos, permitindo o acompanhamento por todos os parceiros internos e externos e, por conseguinte, a retroalimentação das informações necessárias para os ajustes e redirecionamentos no projeto escolar. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 6)

A questão não é que sejamos contra a melhoria da qualidade da educação, mas nem tudo que serve para uma boa gestão empresarial serve para uma boa gestão escolar. A realidade das empresas e a forma como se organizam são diferentes da forma como se organiza o trabalho na escola e a sua realidade, principalmente da escola pública.

As leis que regem empresas e escolas também são distintas, citando como exemplo, enquanto as empresas custeiam os seus funcionários através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a grande maioria dos funcionários da escola (gestores, professores e alguns servidores) são vinculados ao regime estatutário, apesar do avanço dos processos de terceirização de servidores também na educação, outro ponto deve ser discutido criticamente, porém, que não é tema deste trabalho de pesquisa.

Retomando a abordagem sobre a TESE, cabe destacar a “teoria” que lhe serviu de base, a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), assim definida:

[...] como a arte de coordenar e integrar tecnologias específicas e educar pessoas. Educar significa criar um ambiente educacional onde todos, líder e liderados, sintam-se estimulados a aprender e a pôr em prática seus conhecimentos. Entenda-se como tecnologias específicas os diferentes saberes, as diversas áreas do conhecimento. No caso da escola, as diversas disciplinas e atividades de apoio. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 7-8)

Percebe-se neste conceito que até mesmo saberes, conhecimentos e disciplinas escolares “viram” tecnologias. No que diz respeito a criar um ambiente em que todos, líderes e liderados sintam-se estimulados, este propósito necessariamente passa, no caso da escola pública, por diversos fatores e principalmente por manter os professores estimulados, fato um tanto difícil diante das atuais condições de trabalho do professor do ensino público.

A educação de qualidade deve ser o negócio da escola - o que ocupa a mente de cada um dos seus integrantes, de acordo com suas áreas específicas; **deve gerar resultados** – satisfação da comunidade pelo desempenho dos educandos, educadores e gestores. Todos estão a serviço da comunidade e dos investidores [...]. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 8, grifo nosso)

Outro ponto a ser destacado é com relação ao produto do trabalho de empresas e escolas, empresas visam a produção de produtos e/ou serviços destinados ao mercado, tendo por fim a lucratividade, o crescimento econômico e a acumulação de capitais. Escolas prestam um serviço à sociedade e o seu produto, o ensino deve voltar-se para a construção da cidadania, para a formação do jovem enquanto ser humano.

Porém, certo é que a escola pública brasileira não vem sendo bem administrada, que vem apresentando resultados insatisfatórios, necessitando assim de mudanças que contribuam para o seu melhor funcionamento. Porém, nenhuma nova proposta, seja ela empresarial ou não, tecnológica ou não, pode ignorar a realidade social existente fora da escola e que de uma forma ou de outra irá interferir nos seus resultados.

Retomando a análise inicial, afirma-se que “A TESE exige uma verdadeira desconstrução de conceitos e paradigmas para **entender, aceitar e praticar** seus postulados. Portanto, ela é mais consciência do que um método de gestão.” (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 8, grifo no original) Na análise da proposta pedagógica da TESE, de fato podemos encontrar elementos importantes para uma boa gestão de pessoas e relações interpessoais, como por exemplo, parcerias, a clareza nos propósitos e objetivos da instituição, ênfase na comunicação e na descentralização, além de se propor a educar pelo trabalho.

Porém, é necessário constatar se de fato, este quadro de desenvolvimento e harmonia é realidade nas nossas escolas profissionais ou a quem servem estes objetivos (interesses). De tal forma que apesar de apresentar e embasar-se em conceitos empresariais voltados para o funcionamento das organizações, alguns dos quais quase nada tem a ver com a educação pública e o funcionamento da escola, em diversas passagens é notório o esforço dos autores em incluir nas suas orientações ou diretrizes os conceitos educacionais, bem como os seus protagonistas (gestores, professores, alunos, pais, etc.).

Destacam-se na TESE documentos como o Plano de ação, Programa de Ação, Regimento Escolar, Plano de Curso, Proposta Pedagógica e Guia de Aprendizagem, porém, considerando a extensão de cada um destes documentos, no presente trabalho de pesquisa será destacada a importância do Plano de Ação, por conter os elementos necessários para uma visão de conjunto da TESE.

Sendo assim, o Plano de ação é o documento que estabelece as prioridades e estratégias para que a instituição ofereça um ensino de qualidade. Para isto faz-se necessário o reconhecimento das características a qual a comunidade escolar está inserida. A partir das perguntas “O que a comunidade espera? Quais as suas necessidades legítimas? Qual o negócio desta escola?”. Portanto, estas questões fazem parte do planejamento inicial e tem por finalidade:

Repensar a escola implica um diagnóstico. É importante descrever o cenário atual ou real, isto é, a fase em que o Centro se encontra; aonde pretende chegar, ou seja, o cenário futuro ou ideal; que caminho deve seguir; como deve agir; que instrumentos utilizar, os indicadores, metas ou resultados esperados, os objetivos de longo prazo, a macroestrutura e atores responsáveis e seus papéis. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO -ICE, 2016, p. 17)

De fato, toda escola necessita adequar-se as características da comunidade a qual presta o seu serviço educacional, identificar as suas necessidades e das crianças e jovens que por ela serão atendidos. Porém, cabe um enfoque na expressão “Qual o negócio da escola?”, anteriormente citada, que nos remete, sob um ponto de vista crítico ao viés tecnicista contido na TESE. Pois o termo negócio, apesar das suas variadas acepções, está associado necessariamente a um contexto econômico ou empresarial. E como vimos discutindo, há diferenças consideráveis na forma e funcionamento de empresas e escolas.

Retomando a questão do Plano de Ação, este se apresenta como um “norte”, uma diretriz que guiará o trabalho de toda a equipe, sob a liderança do gestor. Dessa forma, cabe ao gestor coordenar as atividades, buscar o alcance dos objetivos (resultados) e educar pelo exemplo. Ainda conforme este documento, a execução do Plano de Ação, se bem conduzida:

[...] oportuniza o processo de formação das pessoas para atuarem de forma descentralizada, decidindo e assumindo riscos e sendo corresponsáveis pelas decisões tomadas em conjunto. Elaborar o Plano de Ação é estruturar caminhos para diminuir o hiato entre o Ser e o Dever Ser. É necessário traçar um roteiro com os pontos essenciais, permitindo a reflexão sobre cada um. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 17-18)

Consequentemente, um Plano de Ação bem elaborado deve conter os valores da instituição, sua visão de futuro, sua missão, premissas, objetivos, prioridades, resultados esperados, indicadores, estratégias, entre outros. Portanto, o Plano de Ação é sem dúvida um documento fundamental para uma efetiva aplicação da TESE nas escolas profissionais e se de fato posto em prática, trará resultados efetivos para a escola.

Portanto, uma análise sobre os pontos apresentados mais uma vez leva a perceber que a TESE consiste em um documento orientador construído a partir de premissas formuladas para o bom desempenho funcional de organizações empresariais e que foi reformulada para adequar-se a realidade escolar.

Não há como negar que a escola enquanto instituição educacional é também uma organização, e assim, também precisa de planejamento, estratégias, metas, objetivos, liderança, gestão eficiente, etc. Porém, a escola pública em particular, possui características próprias, particularidades, primeiramente por ser uma instituição de ensino, educacional, e segundo por ser pública, o que a distingue consideravelmente das organizações empresariais privadas, como por exemplo, aquela a qual a TESE tem seu fundamento.

Absorver bons princípios e valores da administração empresarial certamente vem a contribuir para o melhor funcionamento da escola e os seus resultados, porém, não é possível transformar a escola em uma fábrica ou uma empresa.

Sendo assim, percebe-se que os modelos de gestão empresarial na escola tentam ocultar a realidade a sua volta, de crise econômica (desemprego, exclusão social), política (corrupção, ingerência do dinheiro público), social (crise de valores éticos) que afetam as famílias e toda a sociedade. É como se escola pudesse resolver tudo sozinha, e assim exigem da escola um trabalho que “ignore” esta realidade, e dê resultados, a qualquer preço. Desta forma, somente a aplicação prática dos princípios da TESE nas EEEPs podem dizer se de fato estes princípios funcionam efetivamente para os seus propósitos educacionais.

Os seis anos de vivência na Educação Profissional como docente do eixo de disciplinas da base comum, na disciplina de Geografia e também da parte diversificada do currículo na disciplina de Empreendedorismo, possibilitaram uma aproximação e uma experiência muito importante para uma maior compreensão sobre a educação profissional no nosso estado. Essa vivência nos leva a crer que estamos diante de um modelo de educação tratada como mercadoria e permeada de interesses que são planejados e projetados para dar resultados principalmente econômicos.

E a partir daí, compreender os mecanismos produzidos por um sistema que oferta educação pública profissional como garantia constitucional e direito do cidadão e ao mesmo tempo alia-se a interesses políticos e econômicos, que necessitam dar uma resposta imediata para satisfazer a tais interesses, como por exemplo, uma mão de obra especializada e “preparada”.

Diante da proposta de pesquisa ora apresentada e do desafio de encontrar resultados satisfatórios, será apresentada no próximo tópico deste trabalho a pesquisa de campo desenvolvida e a metodologia utilizada, para posteriormente apresentar os seus resultados preliminares e definitivos.

4. A PESQUISA DE CAMPO E A METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Para que pudesse alcançar os objetivos a que se propôs, o presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Neste sentido, afirma Andrade (2010, p. 109):

Pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.

As etapas da pesquisa seguiram um planejamento prévio e sistemático buscando adequar-se aos objetivos propostos, a pesquisa bibliográfica buscou resgatar autores que abordam em suas obras assuntos relacionados à temática central desta pesquisa, tais como a questão do trabalho e da educação, sua relação com os sistemas produtivos, sistema capitalista, neoliberalismo e sua influência sobre a educação, educação profissional, entre outros. Desta forma, a pesquisa bibliográfica teve por base as obras de autores como: Fonseca (2017), Frigotto (2013), Kuenzer (2002), Santos (2017), Saviani (2002), entre outros.

A pesquisa documental deu-se a partir do estudo e análise de documentos como o Manual Operacional Modelo de Gestão Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas selecionadas, além do destaque para leis e decretos concernentes a educação profissional no estado do Ceará.

Nesse sentido, Pádua (2000, p. 65) caracteriza a pesquisa documental como “[...] aquela realizada a partir documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados).” Destaca ainda que este tipo de pesquisa tem sido bastante utilizada no campo das ciências sociais, em que se pode utilizar fontes primárias (documentos propriamente ditos), ou fontes secundárias, como dados estatísticos elaborados por instituições de procedência confiável, e que no caso da presente pesquisa, utilizou-se ainda dados da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), através do seu site oficial.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em três escolas estaduais de ensino médio, localizadas nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, uma em cada município, tendo como objetivo a obtenção de dados numéricos ou estatísticos referentes aos alunos egressos das EEEPs, sua inserção

no mercado de trabalho, na universidade, etc. Realizou-se ainda visitas às Coordenadorias Regionais de Educação de Juazeiro do Norte e Crato, respectivamente, CREDEs 19 e 18, com o objetivo de coletar dados estatísticos condensados das escolas envolvidas na pesquisa.

Para a consecução desta pesquisa fez-se necessário ainda conhecer os programas e estratégias de inserção desses jovens no mercado de trabalho pelas EEEPs, para por fim buscar compreender as possíveis causas da não inserção desses ex-alunos no mercado de trabalho.

A delimitação do campo de pesquisa restringindo-se a três escolas da região, sendo estas: EEEP Virgílio Távora (Crato), EEEP Aderson Borges de Carvalho (Juazeiro do Norte), EEEP Otília Correia Saraiva (Barbalha) e deu-se em virtude de ambas as escolas ofertarem o mesmo curso técnico, sendo este o Curso Técnico Profissionalizante em Enfermagem.

Posteriormente, após a coleta de dados referentes a este curso nas três escolas, percebeu-se a necessidade de buscar dados comparativos de outros cursos também em funcionamento nestas escolas no ano de 2018 (ano de conclusão das turmas pesquisadas), sendo estes os Cursos Técnicos em Rede de Computadores, Técnico em Administração e Técnico em Informática.

Desta forma, analisar dados de alunos egressos de um mesmo curso, porém, de municípios diferentes pode nos dar uma ideia mais clara da realidade destes alunos ao concluírem os seus cursos e buscarem uma vaga no mercado de trabalho.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e analítica, pois segundo Andrade (2010, p. 112), “Neste tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.” Isto significa que o fenômeno é estudado e analisado pelo pesquisador, que por sua vez, não busca alterá-lo, mas apenas interpretá-lo e compreendê-lo.

Sendo que, os dados e informações coletados na pesquisa, nas suas dimensões bibliográfica, documental e de campo serviram de base para uma análise mais aprofundada do problema proposto. Na sequência, serão apresentados os dados obtidos e as conclusões preliminares e definitivas concernentes ao tema em estudo.

5. APRESENTAÇÃO DE DADOS E CONCLUSÕES PRELIMINARES

Em consulta prévia ao *site* oficial da Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC, e mais precisamente na área de dados da Educação Profissional⁷ foi possível a observação e análise de diversos dados concernentes às escolas profissionais de ensino médio do estado, as EEEPs.

Na consulta aos indicadores da educação profissional no estado, foi possível encontrar dados que interessam a pesquisa, como aqueles que apresentam o percentual de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho, tanto em termos percentuais como absolutos.

Os dados apresentados demonstram que a partir de 2011, ano de formação das primeiras turmas das EEEPs, uma porcentagem média de 15% destes egressos foram inseridos no mercado de trabalho, número que sofreu sensível elevação no ano seguinte, 2012, saltando para 29%, para em seguida tomar uma trajetória de declínio ou retorno aos números iniciais, fechando o ano de 2015 com apenas 16,9% dos egressos incluídos no mercado de trabalho. Ou seja, inicialmente houve ascensão dos números de inserção no mercado de trabalho, porém, este crescimento não foi constante, declinando nos anos seguintes.

Situação um pouco semelhante é possível ser observada quando considerados os números absolutos de egressos incluídos no mercado de trabalho, observa-se o crescimento ou elevação dos números até o ano de 2014 e o seu declínio apenas no ano de 2015. Apesar de se referirem aos mesmos dados, é preciso compreender que como estes são números absolutos, entre os anos de 2011 e 2015 houve uma expansão considerável da oferta de matrículas nas escolas profissionais, o que resulta na elevação dos números absolutos concernentes ao ingresso no mercado de trabalho.

Já em relação ao ingresso de ex-alunos das EEEPs do estado na universidade, é possível perceber o seu considerável crescimento, que inclusive, vem se

7. Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2019.

mantendo constante desde o ano de 2012. No ano de 2012 apenas um percentual de 26,5% dos egressos das EEEPs ingressaram na universidade. Deste ano para o seguinte, 2013, o crescimento foi bastante considerável, saltando de um percentual de 26,5% para 43,4%, e a partir deste ano manteve um ritmo de crescimento quase constante, atingindo um percentual de 49% no ano de 2016, ou seja, este é um indicador de quase a metade do conjunto de egressos que tomam o rumo do ensino superior.

Dessa forma é claramente perceptível a diferença nos dados, crescentes com relação ao ingresso na universidade e decrescente com relação ao ingresso no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, esses dados iniciais trazem uma visão geral da realidade do estado, indicando que as escolas profissionais de ensino médio estão preparando mais para os vestibulares e ENEM que mesmo para o mercado de trabalho.

6. RESULTADOS FINAIS

Nesse trabalho de pesquisa cabe reiterar que os dados coletados e analisados foram obtidos através de visitas planejadas e realizadas junto às Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDEs e as escolas selecionadas. Dessa forma, foram realizadas um total de 4 (quatro) visitas a cada uma das Coordenadorias (CREDE 18 e CREDE 19), e 4 (quatro) visitas a cada uma das escolas selecionadas.

Nas CREDEs buscou-se as seguintes informações:

- Informações prévias sobre as Escolas Profissionais da Crede 18.
- Responsáveis pelo ENEM, PPDT e Educação Profissional.
- Dados referentes ao Estágio Curricular e Mercado de Trabalho.
- Informações sobre outros cursos técnicos ofertados nas escolas onde foi realizada a coleta de dados, e dados sobre participação dessas turmas no ENEM.

Dessa forma, nas CREDE, foram obtidas as informações iniciais a respeito das escolas profissionais a serem pesquisadas além de informações importantes coletadas nos sistemas de dados da SEDUC, estas visitas contribuíram ainda para uma melhor compreensão da forma como as EEEPs se articulam com as CREDE e estas com a SEDUC, no que concerne ao envio e recebimento de informações da educação profissional das escolas estaduais.

Após as visitas as CREDEs foram realizadas as visitas às escolas envolvidas na pesquisa, a fim de coletar informações contributivas para estudo da temática central do trabalho, qual seja, A Inserção dos jovens no mercado de trabalho a partir das Escolas Estaduais de Educação Profissional EEEP na Região Metropolitana do Cariri – RMCE ter ferramentas necessárias para o desfecho dos resultados.

As principais informações e dados obtidos fora

- Informações prévias sobre a escola, a base técnica curricular e as turmas egressas do ano de 2018.
- Coleta sobre o Curso Técnico de Enfermagem e seus professores, dados referentes às turmas envolvidas na pesquisa.
- Informações sobre inserção no mercado de trabalho e na universidade. (dados quantitativos)
- Coleta de informações sobre inserção de outras turmas no mercado de trabalho e aprovações no vestibular.

Portanto, estes foram os pontos que nortearam a coleta de dados nas escolas, de forma que as visitas permitiram extrair e coletar vários dados sobre o funcionamento das EEEPs, seu corpo docente, a base técnica curricular e o mais importante, o caminho inicial dos alunos egressos das turmas dos Cursos Técnico em Enfermagem (curso selecionado para pesquisa) e de outros cursos das escolas profissionalizantes das principais cidades da Região da Metropolitana do Cariri – RMC, conforme propostos nos objetivos da pesquisa.

Nas escolas, utiliza-se uma plataforma para dados consolidados que integram a base de dados estatísticos da SEDUC. No caso, o Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE. O SIGE Escola é uma área restrita aos funcionários da SEDUC, desde a sua administração aos funcionários das escolas da rede estadual, gestores, professores, além do acesso para alunos, através do aluno *on-line*. Sendo alguns links ou áreas de acesso restritas a alguns cargos ou funções.

Este é o caso do Sistema Informatizado de Captação e Estágios – SICE, área restrita a alguns funcionários da SEDUC, CREDE e escolas profissionais. Os dados informados pela escola e que interessavam a pesquisa encontravam-se no Sistema Informatizado de Captação e Estágios - SICE. Nele é possível inserir e captar informações sobre a inserção dos alunos no mercado de trabalho, alimentado após egresso do aluno, sob a responsabilidade da escola, sendo um dos Coordenadores Pedagógicos responsável pelo Estágio.

Porém, em consulta ao referido sistema, em busca de dados dos egressos do Curso de Enfermagem 2018, constatou-se que o sistema ainda não havia sido alimentado, em ambas as escolas pesquisadas, o que demonstra falhas na organização e atualização destes dados, pois a escola, após o egresso desse aluno deve acompanhá-lo por um período determinado.

Assim, para ter acesso aos dados específicos necessários ao desenvolvimento da pesquisa de campo buscou-se junto à Coordenação de Curso de cada escola os dados necessários, onde foi acordado um prazo para captação dos referidos dados necessários a pesquisa, tanto na escola A como na escola B e C. Sendo assim, foi determinado um prazo para a obtenção desses dados pelas coordenações de curso, adequando assim ao tempo necessário para o possível ingresso desses alunos no mercado de trabalho. O prazo temporal para a coleta dos mesmos foi de 100 (cem) dias após o egresso do ensino médio profissionalizante.

Os dados obtidos encontram-se apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Situação após 100 dias de egresso do Ensino Médio Profissionalizante do Curso Técnico em Enfermagem.

CURSO	APROVADOS EM VESTIBULARES	INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	NÃO-INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO
Escola C	35	8	30
Escola B	36	1	39
Escola A	30	5	40

Fonte: Elaboração do autor. (2019)

Vê-se assim que os dados apontam para a seguinte realidade: nas três escolas pesquisadas o número de alunos egressos do Curso Técnico em Enfermagem (Curso selecionado para a pesquisa) que conseguiram aprovação em vestibulares é sensivelmente maior do que aquele que indica a inserção desses alunos no mercado de trabalho. Tomando como exemplo a realidade de uma dessas escolas (Escola A), em que a turma em estudo era composta por 45 (quarenta e cinco alunos), desses apenas 5 (cinco) conseguiram inserir-se no mercado de trabalho após 100 dias de egresso do curso, porém, 39 (trinta e nove) conseguiram aprovação em vestibulares.

Fazendo um comparativo entre os indicadores (números) de acesso ao mercado de trabalho e nas universidades (aprovações em vestibulares) percebe-se a grande diferença entre esses indicadores, podendo-se mesmo afirmar que os números de acesso ao mercado de trabalho são quase insignificantes diante daqueles que indicam as aprovações em vestibulares. Esta situação é perceptível nas três escolas pesquisadas, refletindo assim a realidade do estado, anteriormente apresentada.

Situação semelhante foi identificada ainda ao pesquisar dados de outras turmas, com o intuito de reforçar os dados de inserção desses alunos na universidade e no mercado de trabalho, e para verificar se cursos diferentes expressariam resultados afins em relação ao curso inicialmente foi pesquisado, no caso o Curso Técnico em Enfermagem.

Os dados atestam, conforme a Tabela 2, que os alunos egressos de todos os cursos pesquisados têm uma inserção no mercado de trabalho não expressi-

va em relação aos que entram na universidade, o que comprova que esta é uma realidade não apenas do Curso de Enfermagem, mas também de outros cursos profissionalizantes ofertados pelas EEEPs.

Tabela 2 -Situação após 160 dias de egresso do Ensino Médio Profissionalizante de outros Cursos Técnicos.

CURSO	APROVADOS EM VESTIBULARES	INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	NÃO-INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO
Técnicos em redes de computadores	31	8	31
Técnicos em administração	26	9	30
Técnicos em informática	40	6	36

Fonte: Elaboração do autor. (2019)

Os dados retratam que os alunos egressos de todos os cursos pesquisados tem uma inserção no mercado de trabalho não expressiva em relação aos que entram na universidade, reforçando a pesquisa inicialmente realizada com os alunos egressos do curso Técnico em Enfermagem.

Portanto, sem resultados expressivos em relação a um saldo positivo de inserção desses jovens no mercado de trabalho, o que se vê é uma forte participação e aprovação desses egressos nos vestibulares, o que os levará necessariamente a prosseguir nos estudos. Sendo assim, os dados demonstram que o caminho inicial a ser seguido pelos egressos não é o mercado de trabalho e sim a universidade.

Esse aspecto que pode ser considerado positivo ou negativo para os propósitos destas escolas profissionais. Pois pode ser considerado positivo ao ser um indicador de qualidade do ensino nestas escolas profissionais, oportunizar o acesso ao ensino superior para os jovens da escola pública, das camadas mais humildes, entre outros. Mas também pode ser considerado um aspecto negativo ao apresentar números insignificantes de acesso destes jovens no mercado de trabalho após egresso, diante da proposta de um ensino profissionalizante.

Diante disso, buscou-se verificar mais alguns dados concernentes a este ingresso nas universidades, a partir da participação dos alunos dos cursos pesquisados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os dados demonstram

que todas as escolas envolvidas na pesquisa tiveram cem por cento de inscritos no ENEM na sua edição de 2018, fato que demonstra que há um intenso trabalho desenvolvido nas escolas com este objetivo.

Constata-se que em todos os cursos pesquisados o percentual de alunos inscritos no Enem é expressivo e denota a preocupação intensa da participação dos mesmos nos dois dias em que o exame é realizado, uma vez que os resultados dos alunos nessa avaliação podem levá-los às universidades, nos mais variados cursos e tipos de instituição.

Além disso, este resultado demonstra, mais uma característica da educação profissional do estado neste início de século, que não se volta unicamente para a formação técnica, mas busca uma preparação integral do aluno, inclusive para prosseguir estudos no ensino superior.

Outro fator que vem contribuindo para o acesso à universidade na nossa região é o grande crescimento de instituições de ensino superior públicas e privadas que aqui tem se instalado, de forma que apenas o município de Juazeiro do Norte já pode ser considerado um centro universitário de importância no estado, juntamente com o município do Crato.

Portanto, são inúmeras situações que podem ser vivenciadas por um jovem que conclui um curso técnico de nível médio, diante de um mercado de empregos extremamente concorrido, pautado numa lógica capitalista. Esta experiência começa a ser vivenciado logo nos períodos finais do ensino médio profissionalizante, quando precisam cumprir a disciplina de estágio (Lei Federal nº 11.788/08). Assim surgem novos desafios, esses alunos cumprirão uma disciplina de estágio em uma empresa ao qual serão destinados.

Esta é uma etapa muito importante da formação profissional, em que o aluno deverá demonstrar todo o seu aprendizado e profissionalismo, num mercado bastante concorrido. Após este período, ele poderá ser contratado passando assim a fazer parte do quadro funcional da empresa onde realizou a sua prática de estágio. Caso contrário, deve ser dispensado por não ter logrado êxito ou por não ser de interesse da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar, analisar e procurar compreender o funcionamento da educação nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará - EEEPs foi sem dúvida uma empreitada desafiadora, porém compensadora, pois é nesta modalidade da educação pública que venho atuando há seis anos. E nesses anos de experiência me veio o desejo de compreender melhor quais os propósitos dessa educação no estado, sem pretensão de esgotar o tema, mas sim de contribuir para um maior conhecimento da educação profissional do nosso estado, mas especificamente do trabalho desenvolvido pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs do estado do Ceará.

Os dados obtidos demonstram que a criação e implantação das EEEPs no estado do Ceará, por parte do governo do estado não tinha unicamente como finalidade ofertar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, nem tampouco dar oportunidades de emprego aos jovens. Antes disso, houve o interesse em melhorar os indicadores educacionais do estado, captar recursos financeiros e vantagens políticas.

Pois através das EEEPs no estado foi possível captar recursos de instituições financeiras nacionais e internacionais, propagandeando a imagem de mão de obra qualificada, de jovens preparados. Atraindo assim o interesse de indústrias e grandes empresas, possibilitando ainda uma maior arrecadação para os cofres estado, em um projeto de geração de empregos cercado de interesses econômicos.

Dessa forma, pode-se constatar que a criação e implantação das EEEPs fez parte de um grande projeto político que visa melhorar os indicadores educacionais, criar uma imagem política positiva do governo diante de alunos, pais e da sociedade em geral, objetivos estes que vem sendo alcançados e assim mantendo no poder os seus idealizadores.

Pois se de fato o objetivo primordial das EEEPs fosse o ingresso do jovem no mercado de trabalho, objetivo este mais difícil de ser atingido diante do atual quadro de recessão pelo qual passa o país e das dificuldades dos jovens diante do seu primeiro emprego, a SEDUC e as EEEPs já teriam desenvolvido ações para reverter o quadro atual (conforme mostram os indicadores), pois o declínio do número de egressos no mercado de trabalho vem sendo perceptível desde o ano de 2013.

Além disso, as diversas ações voltadas para participação dos alunos das EEPs em exames como o ENEM demonstram o interesse do estado nestas aprovações e consequentemente nos indicadores educacionais.

Por fim, cabe salientar mais uma vez que o papel da Educação Profissional é preparar alunos para ingressarem no mercado de trabalho, desempenhar funções específicas de acordo com a qualificação dada pelo curso ofertado e assim suprir as necessidades de mão de obra do mercado e as suas próprias necessidades enquanto trabalhadores.

Mas tanto no estado do Ceará quanto na região pesquisa, os dados apresentados mostram que os jovens egressos das escolas profissionais do estado, em sua maioria, estão seguindo para as universidades. Não que este seja um resultado negativo, pois oportunizar o acesso ao ensino superior para jovens das escolas públicas é um fator socialmente positivo, porém, não é este o objeto primordial de um ensino profissionalizante.

Diante de tudo o que foi exposto, pode-se afirmar que como em todo o país, a relação entre educação e trabalho no estado do Ceará age a fim de cumprir as necessidades das relações entre economia e política e priorizam os meios educacionais para conduzir a esse caminho, sendo assim, o governo investe na indústria e no comércio, que por sua vez precisa de mão de obra qualificada, o que exige ações também no campo educacional, notadamente na educação profissional.

Portanto, muitas ações no campo da educação profissional originam-se nas necessidades do mercado e nos interesses políticos do governo. Realidade esta, tantas vezes criticada por estudiosos da educação brasileira como Paulo Freire, Libânio, Saviani, entre outros.

Mas boa parte da classe estudantil e trabalhadora cearense ainda não despertou para esta questão e aceita as propostas educacionais impostas pelo governo de forma muitas vezes passiva, sem criticar e buscar mudanças que de fato atendam aos seus interesses.

À vista disso, a educação profissional no estado do Ceará não foge à regra geral implantada no Brasil desde a sua origem, no início do século XX, segue as tendências e necessidades do mercado, ofertando cursos que vão ao

encontro das expectativas e necessidades dos jovens cearenses, ofertando uma educação que “leva” a um mercado extremamente concorrido, com condições salariais mínimas e muitas vezes sem a garantia da permanência no trabalho (terceirização, contratos temporários, etc.).

Portanto, é necessário que haja uma interpretação crítica destas iniciativas governamentais voltadas para a educação profissional no Brasil e no estado do Ceará, pois não podemos deixar de considerar a realidade ainda sofrida e precária de boa parte da população cearense, que ainda sofre com a escassez e várias outras formas de violência, e tudo isto, reflete-se nos alunos e nas escolas, sejam elas profissionalizantes ou não.

É importante que a sociedade e de modo especial os próprios jovens que ingressam na educação profissional tenham esse “olhar crítico” sobre a realidade, compreendendo que a educação profissional que lhe é ofertada não é a garantia do emprego, pois o sistema econômico e político, apoiado pelo próprio governo, o capitalismo, é um sistema excludente, que se antes dependia de um excedente de mão de obra para impor as regras do mercado aos trabalhadores, hoje busca a substituição da mão de obra humana pela aplicação da tecnologia nos processos produtivos, o que vem provocando grandes transformações no mercado de trabalho atual.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Pereira Fernandes Ayane; NEPOMUCENO, Ananda Ariadne. BANDEIRA, Noemi Olano. **O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO CEARÁ: UM RESGATE HISTÓRICO**. (2014). Artigo apresentado a Universidade Estadual do Ceará (UECE). Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_16_06_2014_15_28_07_idinscrito_1465_5b84a0e2d06a-6b5a794d3d6ac7fc7f1e.pdf. Acesso em: 28 de fev. 2018.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). In: Brasil.Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC, 1999, p. 39-57.
- CEARÁ. **Secretaria da Educação – SEDUC**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- _____. **Lei nº14.273, de 19 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional-EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, série 2, Ano XI, nº 245, 23 dez. 2008.
- _____. **Lei 15.181 de 28 de junho de 2012**. Diário Oficial do Estado. Série 3, Ano IV, Nº 124, Caderno 1/3.
- FONSECA, Paulo Roberto Campelo Fonseca e. **A nova educação profissional para o trabalho no Brasil do século XXI**. Salvador: Asê Editorial, 2017.
- INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE, 2014. Manual Operacional – **Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE)**. Disponível em: http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_modeloGestao.pdf. Acesso em: 3 mar. 2016.
- KASPER, P. Penha. **Formação de professores: um olhar sobre a educação profissional**. Curitiba: Appris, 2016.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MIRA, Marília Marques; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Tecnicismo, Neotecnismo e as práticas pedagógicas no cotidiano escolar**. 2009. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Brasileiro de Psico pedagogia. 26 a 29 de novembro de 2009 - PUCPR.
- PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 6. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- RAFAEL, Ivânia M. de S. Carvalho. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: A LÓGICA EMPRESARIAL NA FORMAÇÃO DOCENTE**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central, Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino, Limoeiro, 2015.
- SAVIANE. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- VIEIRA, Alboni M. D. Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antônio de. **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL. INTERAÇÕES**, n. 40, pp. 152-169 (2016). Disponível em: <http://www.eses.pt/interaccoes>. Acesso em: 3 jan. 2019.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:



Os caminhos para os jovens egressos das EEEPs
na Região Metropolitana do Cariri

Osvaldo Bezerra Lima Neto